



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.674, DE 2024

(Do Sr. Messias Donato)

Dispõe sobre agravantes para os crimes de roubo e furto cometidos durante períodos de calamidade declarados pelo Poder Executivo.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-651/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2024
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Dispõe sobre agravantes para os crimes de roubo e furto cometidos durante períodos de calamidade declarados pelo Poder Executivo.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Este projeto de lei propõe a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), introduzindo agravantes para os crimes de roubo e furto cometidos durante períodos de calamidade declarados pelo Poder Executivo.

Art 2º O artigo 155 do Código Penal, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 155 -

.....
§ 8º - Se o crime de furto for praticado durante período de calamidade declarado pelo Poder Executivo, a pena será triplicada, em relação à pena prevista para o delito cometido."

§ 9º Para fins do disposto no parágrafo anterior considera-se período de calamidade qualquer situação de grave perturbação da ordem que acarrete como consequência a necessidade de intervenção do Poder Público para enfrentar de forma eficiente as circunstâncias adversas, tais como desastres naturais, epidemias, pandemias, ou qualquer outra situação que coloque em risco a ordem pública e a segurança da população". (NR)





Art 3º O artigo 157 do Código Penal, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 -

.....
§ 4º - Se o crime de roubo for praticado durante período de calamidade declarado pelo Poder Executivo, a pena será triplicada, em relação à pena prevista para o delito cometido."

§ 5º Para fins do disposto no parágrafo anterior considera-se período de calamidade qualquer situação de grave perturbação da ordem que acarrete como consequência a necessidade de intervenção do Poder Público para enfrentar de forma eficiente as circunstâncias adversas, tais como desastres naturais, epidemias, pandemias, ou qualquer outra situação que coloque em risco a ordem pública e a segurança da população". (NR)

Art 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Diante de períodos de calamidade, como as enchentes que assolam o Rio Grande do Sul e outras regiões, é essencial que medidas legais sejam adotadas para garantir a segurança e o bem-estar da população. Nesses momentos críticos, o aumento da penalidade para crimes de furto e roubo se justifica não apenas como uma resposta punitiva, mas também como uma forma de proteger as vítimas que já estão enfrentando dificuldades decorrentes da situação de emergência.

É importante destacar que durante desastres naturais como enchentes, muitas pessoas perdem suas residências, bens e meios de subsistência. Nessas circunstâncias, a sensação de vulnerabilidade é exacerbada, e os criminosos podem se aproveitar da situação para cometer furtos e roubos, causando ainda





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete Deputado Messias Donato

mais danos às vítimas já afetadas pela calamidade. O aumento da pena para esses crimes serve como um dissuasor adicional, desencorajando indivíduos oportunistas de se aproveitarem do caos para cometer atos criminosos.

Além disso, agravar a penalidade para esses delitos durante períodos de calamidade envia uma mensagem clara de que a sociedade não tolerará a exploração das vulnerabilidades das pessoas em momentos de crise. Isso fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições e no Estado, demonstrando que medidas estão sendo tomadas para protegê-los e garantir a ordem social mesmo em situações adversas.

Além dos prejuízos materiais, essas pessoas já estão lidando com um alto nível de estresse, ansiedade e trauma. A ocorrência de furtos e roubos só agrava essa situação, minando ainda mais a sensação de segurança e estabilidade das vítimas. Portanto, o aumento da pena para esses crimes não apenas busca prevenir novos delitos, mas também visa proteger a integridade emocional das pessoas afetadas.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado MESSIAS DONATO
REPUBLICANOS/ES





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:194012-07:2848
---	---

FIM DO DOCUMENTO